

## MACHADINHO ENERGÉTICA S.A.

NIRE n.º 42300024830  
CNPJ n.º 03.076.274/0001-52ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA  
REALIZADA EM 13 DE MARÇO DE 2001(lavrada sob a forma de sumário, de acordo com a autorização contida  
no parágrafo 1º do artigo 130 da Lei n.º 6.404/76)

**DATA E LOCAL:** 13 de março de 2001, às 10 horas, na sede social da Companhia, na Cidade de Florianópolis, Estado de Santa Catarina, na Rua Bocaiúva 2468, 6º andar.

**PRESENÇA:** acionistas representando mais de 2/3 do capital social.

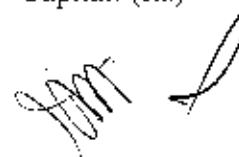
**COMPOSIÇÃO DA MESA:** José Said de Brito – Presidente  
José Guilherme Heráclito de Lima – Secretário

**CONVOCAÇÃO:** dias 05, 06 e 07 de março de 2001 no Diário Oficial do Estado de Santa Catarina, ns. 16.613, 16.614 e 16.615, páginas 72, 45 e 19, respectivamente; dias 05, 06 e 07 de março de 2001 no jornal "Diário Catarinense", páginas 18, 22 e 22, respectivamente; e dias 05, 06 e 07 de março de 2001 no jornal "Gazeta Mercantil", páginas A-10, A-6 e B-2, respectivamente.

**ORDEM DIA:** a) deliberar sobre proposta da Diretoria, para alteração do Estatuto Social no Capítulo II – Capital, Capítulo III – Administração, Capítulo IV – Assembléias Gerais e Capítulo VI – Ano Social, Balanço e Lucros, com consolidação do texto do Estatuto, b) Deliberar sobre andamento e cumprimento de eventuais exigências referentes ao processo de pedido de registro, perante a CVM -Comissão de Valores Mobiliários, da emissão de debêntures nos termos da escritura datada de 01 de fevereiro de 2001, incluindo eventuais alterações das deliberações tomadas nas Assembléias Gerais Extraordinárias realizadas em 21 de setembro e 23 de novembro de 2000 e eventuais alterações nos contratos e outros documentos relativos ao referido processo (incluindo a escritura de emissão das debêntures), c) Outros assuntos de interesse da Sociedade.

**DELIBERAÇÕES:** Por unanimidade de votos foram tomadas as seguintes deliberações:

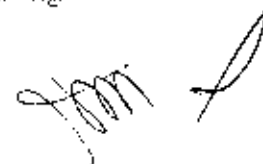
1ª. Aprovar as alterações do Estatuto Social, adiante indicadas, conforme proposta da Diretoria, apresentada à assembléia pelo Conselho de Administração, nos termos do artigo 10, (ix) do Estatuto Social. I) No Capítulo II - Capital: (1.a)



Alteração do Artigo 5º, já considerando o último aumento aprovado na assembléia geral extraordinária de 13 de julho de 2000, que esgotou o capital autorizado, justificando a supressão dos parágrafos 1º e 2º, com a devida correção dos números dos parágrafos subsequentes, passando o referido artigo a ter a seguinte redação: **"Artigo 5º** - O capital social subscrito e totalmente integralizado é de R\$ 339.808.295,00 (trezentos e trinta e nove milhões, oitocentos e oito mil, duzentos e noventa e cinco reais), representados por 339.808.295 (trezentos e trinta e nove milhões, oitocentas e oito mil, duzentas e noventa e cinco) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. Parágrafo 1º - Os acionistas terão sempre assegurado o exercício do direito de preferência para a subscrição de aumento de capital, sendo certo que o prazo para esse exercício não poderá ser inferior a 30 (trinta) dias. Parágrafo 2º - A cada ação ordinária corresponde um voto nas Assembléias Gerais. Parágrafo 3º - As ações são indivisíveis perante a sociedade, podendo ser representadas por certificados ou títulos múltiplos assinados por dois Diretores." (L.b) Supressão do atual artigo 6º, renumerando-se os artigos seguintes. II). No Capítulo III - Administração: (II.a) Alteração do item (ii) e supressão do item (vii), com a devida correção dos números subsequentes do atual Artigo 10º que passará a ser o 9º, com a seguinte redação: **"Artigo 9º** - O Conselho de Administração tem a função de estabelecer as diretrizes fundamentais para a sociedade, verificar e acompanhar sua execução, além de outras atribuições constantes deste Estatuto e previstas na Lei nº 6404/76, cumprindo-lhe especialmente: (i) fixar a orientação geral dos negócios da sociedade; (ii) eleger e destituir os diretores da sociedade, fixando-lhes as atribuições e a remuneração e atribuindo a um deles as funções de Diretor de Relações com Investidores; (iii) fiscalizar a gestão dos diretores e examinar, a qualquer tempo, os livros, papéis e outros documentos da sociedade, bem como solicitar informações sobre contratos celebrados, ou em vias de celebração ou sobre quaisquer outros atos; (iv) convocar a assembléia geral dos acionistas quando julgar conveniente ou necessário; (v) aprovar o orçamento da Sociedade, elaborado pela Diretoria; (vi) manifestar-se sobre o relatório da administração e as contas da Diretoria; (vii) escolher e destituir os auditores independentes da sociedade; (viii) apresentar à assembléia geral dos acionistas a proposta de destinação dos lucros sociais e de alterações estatutárias; e (ix) fixar os limites dentro dos quais a Diretoria fica autorizada a promover a alienação de bens, a sua oneração, a prestação de garantias e a assinatura de contratos com terceiros. (II.b) Alteração do atual Artigo 12º que passará a ser o 11º com a seguinte redação: **"Artigo 11º** - A sociedade terá uma Diretoria constituída de até 03 (três) diretores, todos residentes no País. Um dos diretores será o Diretor Superintendente os demais não terão designação específica. Parágrafo 1º. Os Diretores estão dispensados de prestar caução. Parágrafo 2º. Na oportunidade de eleição dos Diretores, o Conselho de Administração deverá atribuir, a um dos

diretores eleitos, as funções de Diretor de Relações com Investidores, nos termos da regulamentação aplicável. Parágrafo 3º. A posse dos membros da Diretoria far-se-á mediante a assinatura do competente Termo de Posse.” III) no Capítulo IV - Assembleias Gerais, a alteração do atual Artigo 22º, que passará a ser o 21º com a seguinte redação: “Artigo 21º - Além da competência privativa prevista na Lei 6.404/76, dependerão de aprovação da Assembleia Geral as deliberações sobre as seguintes matérias: a) celebração dos contratos necessários para obtenção dos financiamentos para construção da UHE MACHADINHO; b) celebração de ato ou contrato pela sociedade com qualquer dos acionistas ou suas afiliadas, incluindo subsidiárias, controladoras, controladas, coligadas ou associadas; c) alterações no orçamento global aprovado pelos acionistas para a realização do objeto social.” IV) No Capítulo VI - Ano Social, Balanço e Lucros, a alteração da redação do “caput” do atual Artigo 26º, e a supressão da alínea “b” do seu Parágrafo Único, passando o Artigo 26º a ser o 25º com a seguinte redação: “Artigo 25º - Os lucros líquidos apurados, após as deduções legais, serão integralmente destinados segundo proposta dos órgãos da administração, no pressuposto de sua aprovação pela assembleia geral. Parágrafo Único - Aos acionistas é assegurado o direito de recebimento de um dividendo anual obrigatório de 1% (hum por cento) do lucro líquido do exercício, diminuído ou acrescido dos seguintes valores: (a) 5% (cinco por cento) destinado à constituição da reserva legal, dedução esta que deixará de ser obrigatória quando tal fundo alcançar 20% (vinte por cento) do capital social; e b) dos lucros a realizar transferidos para a respectiva reserva e lucros anteriormente registrados nessa reserva que tenham sido realizados no exercício”.

2º. Aprovar a consolidação do texto do Estatuto Social, com as alterações indicadas na 1ª. deliberação, sendo o texto consolidado transcrito a seguir: “**ESTATUTO SOCIAL CONSOLIDADO da “MACHADINHO ENERGÉTICA S.A. - CAPÍTULO I - Denominação, Sede, Objeto e Duração.** Artigo 1º - Sob a denominação de MACHADINHO ENERGÉTICA S.A., fica constituída uma sociedade anônima que se regerá pelo disposto neste Estatuto e pelas disposições legais aplicáveis. Artigo 2º - A sociedade tem sua sede e foro na Rua Bocaiúva, nº 2468, 6º andar, na Cidade de Florianópolis, Estado de Santa Catarina, podendo abrir, manter e encerrar filiais ou representações, em qualquer localidade do País ou do exterior, mediante deliberação aprovada em assembleia de acionistas. Artigo 3º - A sociedade tem por objeto: (a) construir, manter a propriedade parcial da Usina Hidrelétrica de Machadinho (“UHE MACHADINHO”), para tanto podendo inclusive arrendá-la ou, de outra forma, dispor dos ativos da UHE MACHADINHO para fins de exploração desta pelos acionistas; (b) prestar serviços de assistência técnica no campo de suas atividades; e (c) participar em outras sociedades como sócia ou acionista, desde que estas sociedades estejam de alguma forma ligadas à



construção e/ou exploração da UHE MACHADINHO, ou para fins fiscais conforme estabelecido na legislação aplicável, ou ainda como investimento temporário na administração de recursos financeiros da própria sociedade.

**Parágrafo Único** - Para a realização do objeto referido no item (a) acima, a sociedade poderá contratar o fornecimento de bens e serviços necessários para a construção da UHE MACHADINHO e obter os recursos e financiamentos necessários para a execução das obras da UHE MACHADINHO, com o oferecimento de garantias.

**Artigo 4º** - O prazo de duração da sociedade se estenderá até o integral cumprimento de seu objeto social.

**CAPÍTULO II - Capital.**

**Artigo 5º** - O capital social subscrito e totalmente integralizado é de R\$ 339.808.295,00 (trezentos e trinta e nove milhões, oitocentos e oito mil, duzentos e noventa e cinco reais), representados por 339.808.295 (trezentos e trinta e nove milhões, oitocentos e oito mil, duzentos e noventa e cinco) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

**Parágrafo 1º** - Os acionistas terão sempre assegurado o exercício do direito de preferência para a subscrição de aumento de capital, sendo certo que o prazo para esse exercício não poderá ser inferior a 30 (trinta) dias.

**Parágrafo 2º** - A cada ação ordinária corresponde um voto nas Assembleias Gerais.

**Parágrafo 3º** - As ações são indivisíveis perante a sociedade, podendo ser representadas por certificados ou títulos múltiplos assinados por dois Diretores.

**Artigo 6º** - A sociedade será administrada por um Conselho de Administração e por uma Diretoria.

**Artigo 7º** - O Conselho de Administração será composto de 4 (quatro) membros, com igual número de suplentes, todos acionistas e residentes no País, eleitos pela Assembleia Geral Ordinária.

**Parágrafo 1º** - Um dos membros do Conselho de Administração será o Presidente, e outro o Vice - Presidente, que substituirá o Presidente em caso de impedimento, ambos eleitos pelo próprio Conselho de Administração.

**Parágrafo 2º** - Os membros do Conselho de Administração serão investidos em seus cargos mediante assinatura de termo de posse lavrado no "Livro de Atas de Reuniões do Conselho de Administração", devendo permanecer em exercício até a posse de seus sucessores.

**Parágrafo 3º** - O mandato dos membros do Conselho de Administração será de 2 (dois) anos, permitida a reeleição.

**Parágrafo 4º** - Cabe à Assembleia Geral fixar a remuneração do Conselho de Administração.

**Artigo 8º** - Em caso de renúncia, destituição ou impedimento de qualquer Conselheiro, será convocada Assembleia Geral, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, para proceder à eleição do substituto.

**Parágrafo Único** - No caso de ausência ou impedimento temporário, o Conselheiro ausente ou impedido será substituído pelo respectivo suplente.

**Artigo 10º** - O Conselho de Administração tem a função de estabelecer as diretrizes fundamentais para a sociedade, verificar e acompanhar sua execução, além de outras atribuições constantes deste Estatuto e previstas na Lei nº 6404/76, cumprindo-lhe especialmente: (i) fixar a orientação geral dos negócios da sociedade; (ii) eleger e destituir os diretores da sociedade, fixando-

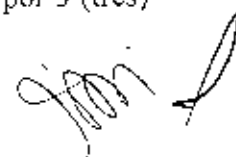




lhes as atribuições e a remuneração e atribuindo a um deles as funções de Diretor de Relações com Investidores: (iii) fiscalizar a gestão dos diretores e examinar, a qualquer tempo, os livros, papéis e outros documentos da sociedade, bem como solicitar informações sobre contratos celebrados, ou em vias de celebração ou sobre quaisquer outros atos; (iv) convocar a assembléia geral dos acionistas quando julgar conveniente ou necessário; (v) aprovar o orçamento da Sociedade, elaborado pela Diretoria; (vi) manifestar-se sobre o relatório da administração e as contas da Diretoria; (vii) escolher e destituir os auditores independentes da sociedade; (viii) apresentar à assembléia geral dos acionistas a proposta de destinação dos lucros sociais e de alterações estatutárias; e (ix) fixar os limites dentro dos quais a Diretoria fica autorizada a promover a alienação de bens, a sua oneração, a prestação de garantias e a assinatura de contratos com terceiros.

**Artigo 10º** - O Conselho de Administração reunir-se-á ordinariamente a cada bimestre, e extraordinariamente, sempre que necessário, na sede da sociedade ou em qualquer outra localidade por ele escolhida. **Parágrafo 1º** - As reuniões serão convocadas mediante comunicação, por escrito, expedida com pelo menos 03 (três) dias úteis de antecedência, devendo dela constar o local, dia e hora da reunião, bem como, resumidamente, a ordem do dia. **Parágrafo 2º** - A convocação será dispensada sempre que à reunião comparecer a totalidade dos membros do Conselho de Administração. **Parágrafo 3º** - Para que as reuniões do Conselho de Administração possam se instalar e validamente deliberar será necessária a presença de pelo menos três de seus membros, efetivos ou suplentes. **Parágrafo 4º** - As deliberações do Conselho de Administração serão sempre tomadas por maioria de votos. **Parágrafo 5º** - Das reuniões serão lavradas atas, que deverão ser aprovadas e transcritas no Livro de Reuniões do Conselho de Administração. **Artigo 11º** - A sociedade terá uma Diretoria constituída de até 03 (três) diretores, todos residentes no País. Um dos diretores será o Diretor Superintendente e os demais não terão designação específica. **Parágrafo 1º**. Os Diretores estão dispensados de prestar caução. **Parágrafo 2º** - Na oportunidade de eleição dos Diretores, o Conselho de Administração deverá atribuir a um dos diretores eleitos, as funções de Diretor de Relações com Investidores, nos termos da regulamentação aplicável. **Parágrafo 3º** - A posse dos membros da Diretoria far-se-á mediante a assinatura do competente Termo de Posse. **Artigo 12º** - O mandato da Diretoria é de 02 (dois) anos, admitida a reeleição, devendo os diretores permanecer no cargo até a posse de seus sucessores. **Artigo 13º** - Em caso de renúncia, vacância ou impedimento, o respectivo substituto será escolhido pelo Conselho de Administração, em até no máximo 30 (trinta) dias. **Parágrafo Único** - O Diretor eleito nessas condições exercerá as funções pelo prazo restante do mandato do diretor que estiver substituindo. **Artigo 14º** - Compete à Diretoria a execução do objeto social, cabendo-lhe a administração dos negócios em geral e a prática de todos os atos para tanto necessários ou

convenientes. Seus poderes incluem, entre outros, os de (a) gerir todos os negócios sociais observada a política fixada pelo Conselho de Administração; (b) elaborar o planejamento anual das atividades, inclusive o orçamento básico da sociedade, para submetê-los à aprovação do Conselho de Administração; (c) promover a alienação ou operação de bens, prestar garantias e celebrar contratos com terceiros, observada a competência fixada pelo Conselho de Administração; (d) elaborar o relatório da administração e as suas contas, para aprovação do Conselho de Administração; e (e) propor ao Conselho de Administração a destinação dos lucros sociais. **Artigo 15º** - A Diretoria reunir-se-á sempre que necessário, com a presença de pelo menos dois diretores e deliberará por maioria. As reuniões serão convocadas e presididas pelo Diretor Superintendente, que terá voto de qualidade em caso de empate nas deliberações. **Artigo 16º** - A sociedade se fará representar em juízo e fora dele, pela assinatura do Diretor Superintendente conjuntamente com outro Diretor, por 2 (dois) diretores em conjunto, por qualquer diretor em conjunto com procurador, constituído para a finalidade específica, ou por um procurador, isoladamente, desde que investido de especiais e expressos poderes. **Artigo 17º** - As procurações serão outorgadas pelo Diretor Superintendente em conjunto com outro Diretor, devendo especificar os poderes conferidos e, com exceção daquelas para fins judiciais, terão um período de validade máximo de um ano. **Artigo 18º** - São expressamente vedados, sendo nulos e inoperantes com relação à sociedade, os atos de qualquer diretor, procurador ou empregados que a envolverem em obrigações relativas a negócios ou operações estranhos ao objeto social, tais como fianças, avais, endossos ou quaisquer garantias em favor de terceiros, salvo quando expressamente autorizados pela Diretoria, em reunião, obedecidos os limites fixados pelo Conselho de Administração. **CAPÍTULO IV - Assembleias Gerais.** **Artigo 19º** - As assembleias gerais serão ordinárias e extraordinárias. As assembleias gerais ordinárias realizar-se-ão nos quatro meses seguintes ao término do exercício social e, as extraordinárias, sempre que houver necessidade. **Artigo 20º** - As assembleias gerais serão presididas pelo Presidente do Conselho de Administração ou, na sua ausência, pelo Vice-Presidente. Na ausência de ambos, por um Conselheiro, escolhido por maioria de votos dos presentes. Ao Presidente da assembleia cabe a escolha do Secretário. **Artigo 21º** - Além da competência privativa prevista na Lei 6.404/76, dependerão de aprovação da Assembleia Geral as deliberações sobre as seguintes matérias: a) celebração dos contratos necessários para obtenção dos financiamentos para construção da UHE MACHADINHO; b) celebração de ato ou contrato pela sociedade com qualquer dos acionistas ou suas afiliadas, incluindo subsidiárias, controladoras, controladas, coligadas ou associadas; c) alterações no orçamento global aprovado pelos acionistas para a realização do objeto social. **CAPÍTULO V - Conselho Fiscal.** **Artigo 22º** - O Conselho Fiscal da Sociedade será integrado por 3 (três)

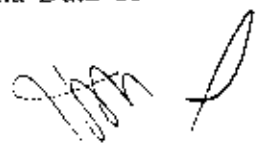


membros efetivos e igual número de suplentes e funcionará em caráter não permanente. Parágrafo Único - A Assembleia que aprovar a instalação do Conselho Fiscal elegerá os seus membros, estabelecerá sua remuneração e definirá o prazo de funcionamento. **CAPÍTULO VI - Ano Social, Balanço e Lucros.** Artigo 23º - O ano social terá início em 01 de janeiro e terminará em 31 de dezembro de cada ano. Artigo 24º - Ao fim de cada exercício, serão elaboradas as demonstrações contábeis, observadas as disposições legais vigentes. Artigo 25º - Os lucros líquidos apurados, após as deduções legais, serão integralmente destinados segundo proposta dos órgãos da administração, no pressuposto de sua aprovação pela assembleia geral. Parágrafo Único - Aos acionistas é assegurado o direito de recebimento de um dividendo anual obrigatório de 1% (um por cento) do lucro líquido do exercício, diminuído ou acrescido dos seguintes valores: (a) 5% (cinco por cento) destinado à constituição da reserva legal, dedução esta que deixará de ser obrigatória quando tal fundo alcançar 20% (vinte por cento) do capital social; e b) dos lucros a realizar transferidos para a respectiva reserva e lucros anteriormente registrados nessa reserva que tenham sido realizados no exercício. **CAPÍTULO VII - Liquidação.** Artigo 26º - A sociedade entrará em liquidação nos casos legais, competindo à Assembleia Geral nomear um liquidante.”

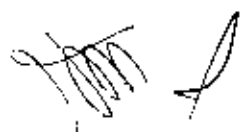
3ª. Ratificar a taxa de juros a que se refere o item 2.13 constante da ata da assembleia geral extraordinária realizada em 21 de setembro de 2000, que foi rerratificada pela assembleia geral extraordinária realizada em 23 de novembro de 2000, obtida através do procedimento de *bookbuilding* na distribuição das Debêntures organizado pelos coordenadores da emissão, que é de 0,43% (quarenta e três centésimos por cento) ao ano. Assim sendo, o item 2.13 constante da ata da assembleia geral extraordinária realizada em 21 de setembro de 2000, que foi rerratificada pela assembleia geral extraordinária realizada em 23 de novembro de 2000, passa vigorar com a redação do item 2.13 abaixo, sendo excluído seu subitem 2.13.1 e renumerando-se os demais:

4ª. Rerratificar a deliberação 2 (e seus subitens), constantes da ata da assembleia geral extraordinária realizada em 21 de setembro de 2000, que foi rerratificada pela assembleia geral extraordinária realizada em 23 de novembro de 2000, incluindo a ratificação da sobretaxa acima aprovada, que passa a vigorar com a seguinte redação:

2. autorizar a Companhia a proceder a uma emissão de debêntures para distribuição pública (“Debêntures”), com as seguintes características:
  - 2.1 *Valor total da emissão.* O valor total da presente emissão é de R\$320.000.000,00 (trezentos e vinte milhões de reais) na Data de Emissão (conforme definido abaixo).

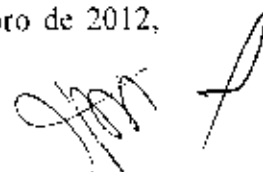


- 2.2 *Valor nominal.* As Debêntures terão valor nominal unitário de R\$10.000,00 (dez mil reais) ("Valor Nominal") na Data de Emissão.
- 2.3 *Quantidade.* Serão emitidas 32.000 (trinta e duas mil) Debêntures.
- 2.4 *Séries.* A emissão será realizada em série única.
- 2.5 *Conversibilidade e forma.* As Debêntures serão não conversíveis em ações, emitidas sob a forma escritural, sem emissão de cautelas ou certificados. Para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato emitido pela instituição financeira responsável pela escrituração das Debêntures. Adicionalmente, será expedido pelo Sistema Nacional de Debêntures ("SND") o Relatório de Posição de Ativos, acompanhado de extrato em nome do debenturista, emitido pela instituição financeira responsável pela custódia destes títulos quando depositados no SND.
- 2.6 *Espécie.* As Debêntures serão da espécie subordinada.
- 2.6.1 *Obrigação adicional.* Hejoassu Administração Ltda. ("Hejoassu"), Alcoa Alumínio S.A. ("Alcoa"), Camargo Corrêa S.A. ("CCSA") e Valesul Alumínio S.A. ("Valesul") obrigam-se, perante os debenturistas, como fiadores e principais pagadores da Companhia, renunciando expressamente aos benefícios de ordem, direitos e faculdades de exoneração de qualquer natureza previstos nos artigos 1.006, 1.485, 1.491, 1.498, 1.499, 1.500, 1.502, 1.503 (incisos I e III) e 1.504 do Código Civil, nos artigos 261 e 262 do Código Comercial Brasileiro e nos artigos 77 e 595 do Código de Processo Civil, pelo pagamento do Valor Nominal das Debêntures acrescido da Remuneração e, se for o caso, dos encargos moratórios, e de todos e quaisquer valores, principais ou acessórios, devidos pela Companhia nos termos da escritura de emissão das Debêntures ("Escritura de Emissão") a ser firmada entre a Companhia e o agente fiduciário ("Agente Fiduciário") (incluindo quaisquer encargos decorrentes de eventuais ações judiciais) em caso de inadimplemento da Companhia de toda e qualquer obrigação pecuniária prevista na Escritura de Emissão. A fiança a que se refere este item será, nos termos do artigo 1.494 do Código Civil, prestada pelos Fiadores nas seguintes proporções da totalidade do débito: (a) Hejoassu: 43,9313%; (b) Alcoa: 34,9482%; (c) CCSA: 8,2125%; e (d) Valesul: 12,9080%.





- 2.7 *Colocação.* As Debêntures serão objeto de distribuição pública com intermediação de instituições financeiras integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários, utilizando-se o procedimento diferenciado de distribuição previsto no artigo 33 da Instrução CVM n.º 13, de 30 de setembro de 1980, não existindo reservas antecipadas, lotes mínimos ou máximos, sendo atendidos os titulares das Propostas Vencedoras (assim entendidos aqueles que apresentaram propostas de compra das Debêntures ("Propostas") por taxa igual ou inferior à Sobretaxa (conforme definido abaixo) e que lhes foram alocadas Debêntures), que participaram do procedimento de *bookbuilding* organizado pelos coordenadores desta emissão das Debêntures ("Coordenadores") de acordo com os procedimentos previstos na Escritura de Emissão.
- 2.8 *Negociação.* A emissão será registrada para negociação no mercado secundário através do SND, administrado pela Associação Nacional das Instituições de Mercado Aberto - ANDIMA, e operacionalizado pela Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos ("CETIP").
- 2.9 *Data de emissão.* A data de emissão das Debêntures será 1º de dezembro de 2000 ("Data de Emissão").
- 2.10 *Prazo e data de vencimento.* O prazo das Debêntures será de 12 (doze) anos, contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 1º de dezembro de 2012.
- 2.11 *Prazo de subscrição e forma de integralização.* Respeitados o deferimento do pedido de registro na CVM e a segunda publicação do anúncio de início de distribuição, as Debêntures serão subscritas em até 6 (seis) meses contados da data do deferimento do respectivo registro pela CVM ("Prazo de Subscrição"). A subscrição será efetuada por meio dos procedimentos do Sistema de Distribuição de Títulos – SDT, disponibilizado pela CETIP. A integralização das Debêntures será à vista e em moeda corrente nacional, no ato da subscrição ("Data de Integralização"). As Debêntures serão subscritas pelo seu Valor Nominal acrescido da Remuneração (conforme definido abaixo), calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão até a Data de Integralização.
- 2.12 *Amortização.* O Valor Nominal será pago em 21 (vinte e uma) parcelas, semestrais e sucessivas, a partir do 2º (segundo) ano contado da Data de Emissão, ocorrendo o primeiro pagamento em 1º de dezembro de 2002 e o último, em 1º de dezembro de 2012,



por ocasião do vencimento das Debêntures, conforme tabela abaixo ("Amortização").

Data	Valor R\$ por Debênture	Data	Valor R\$ por Debênture
01/12/2002	476,00	01/06/2008	476,00
01/06/2003	476,00	01/12/2008	476,00
01/12/2003	476,00	01/06/2009	476,00
01/06/2004	476,00	01/12/2009	476,00
01/12/2004	476,00	01/06/2010	476,00
01/06/2005	476,00	01/12/2010	476,00
01/12/2005	476,00	01/06/2011	476,00
01/06/2006	476,00	01/12/2011	476,00
01/12/2006	476,00	01/06/2012	476,00
01/06/2007	476,00	01/12/2012	480,00
01/12/2007	476,00	Total	10.000,00

2.13 *Remuneração.* Observado o disposto no item 2.14 abaixo, as Debêntures farão jus a juros remuneratórios, a partir da Data de Emissão, incidentes sobre o saldo do Valor Nominal, amortizado nos termos do item 2.12 acima, observado o disposto no item 2.13.1 abaixo e estabelecidos com base na taxa média diária dos depósitos interfinanceiros denominada "Taxa DI over extra grupo", expressa na forma percentual ao ano, base 252 dias, calculada e divulgada diariamente pela CETIP no informativo diário, disponível em sua página na Internet (<http://www.cetip.com.br>) e no jornal "Gazeta Mercantil", edição nacional ("Taxa DI"), acrescida da sobretaxa correspondente a um determinado percentual efetivo ao ano, base 252 dias, de 0,43% (quarenta e três centésimos por cento), apurada em procedimento de *bookbuilding*, de acordo com os procedimentos previstos na Escritura de Emissão, cuja taxa inicial oferecida foi de 0,75% (setenta e cinco centésimos por cento) ao ano, e, após Propostas apresentadas, resultou em desconto de 0,32 pontos percentuais, determinando, desta forma, uma taxa efetiva de 0,43% (quarenta e três centésimos por cento) ao ano, vigente até a data da primeira repactuação (1º de dezembro de 2004) ("Sobretaxa") ("Remuneração").

2.13.1 *Periodicidade de pagamento da Remuneração.* A Remuneração das Debêntures será paga em 44 (quarenta e quatro) parcelas trimestrais e sucessivas, a partir do 15º (décimo quinto) mês contado da Data de Emissão, ocorrendo o primeiro pagamento em



1º de março de 2002 e o último, em 1º de dezembro de 2012, por ocasião do vencimento das Debêntures.

A Remuneração será calculada diariamente, desde a Data de Emissão até a data de vencimento, tomando-se por base a Taxa DI divulgada no dia acrescida da Sobretaxa e será acumulada desde a Data de Emissão até a data do pagamento da primeira parcela da Remuneração, no caso da primeira parcela da Remuneração, e, a partir daí, acumulada diariamente no período compreendido entre duas datas consecutivas de vencimento da Remuneração.

### 2.13.2 Fórmula de cálculo da Remuneração.

$$J = VN \times \left\{ \left[ \prod_{i=1}^{i=f} (FI_i) \right] \times (S) - 1 \right\}$$

Onde:

J = valor da Remuneração a ser paga nas datas de seus respectivos vencimentos;

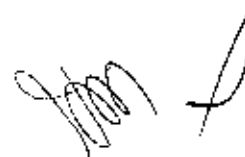
VN = Valor Nominal, ou saldo do Valor Nominal da Debênture, no início do Período de Capitalização (conforme definido abaixo);

$\prod_{i=1}^{i=f}$  = produto dos  $i$  termos  $FI$  referentes a cada dia útil contido entre o início e o fim de cada Período de Capitalização; com  $i$  variando de 1 até  $f$ .

$f$  = número de dias úteis contidos entre o início e o fim de cada Período de Capitalização.

$FI_i$  = fatores de remuneração, verificados nos  $f$  dias úteis entre a data de início do Período de Capitalização e a data final do Período de Capitalização, e obtidos a partir da seguinte fórmula:

$$FI = \left[ \left( \frac{CDI_{CETIP}}{100} - 1 \right)^{\frac{d_i}{252}} \right], \text{ onde:}$$



*CDI CETIP* = taxa média diária de depósitos interfinanceiros DI de um dia – extra grupo, calculadas e divulgadas pela CETIP, em cada dia útil contido entre o início e o fim de cada Período de Capitalização, expressa em percentual ao ano;

*dj* = número de dia (s) útil(eis) correspondentes ao prazo de validade da taxa CDI CETIP;

*S* = fator da sobretaxa calculado conforme fórmula abaixo:

$$S = \left( \frac{s}{100} + 1 \right)^{\frac{du}{252}}, \text{ onde:}$$

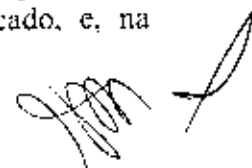
*s* = sobretaxa efetiva de 0,43% ao ano, base 252 dias, apurada conforme item 2.13 acima, observado o disposto no item 2.14 abaixo; e

*du* = número de dias úteis de cada Período de Capitalização.

Define-se Período de Capitalização como o intervalo de tempo que se inicia na Data de Emissão, inclusive, no caso do primeiro Período de Capitalização, ou na data prevista do pagamento da Remuneração, inclusive, no caso dos Períodos de Capitalização subsequentes, e termina na data prevista do pagamento da Remuneração, exclusive, correspondente ao período. Cada Período de Capitalização sucede o anterior sem solução de continuidade.

2.13.3 *Apuração da Taxa DI.* Caso a Taxa DI não esteja disponível quando da apuração do valor de qualquer obrigação prevista na Escritura de Emissão, será aplicado o último valor da Taxa DI aplicável que estiver disponível naquela data, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras, tanto por parte da Companhia quanto por parte dos debenturistas, quando da divulgação da Taxa DI aplicável.

2.13.4 *Extinção, impossibilidade legal de utilização ou não divulgação da Taxa DI.* Na ausência da apuração e/ou divulgação da Taxa DI superior a 30 (trinta) dias após a data esperada para sua divulgação, de extinção da Taxa DI ou de impossibilidade de aplicação por imposição legal ou determinação judicial, será aplicado o parâmetro legal, se houver, ou o parâmetro utilizado pelo mercado, e, na





ausência destes, o Agente Fiduciário convocará assembleia geral de debenturistas, a ser realizada no prazo máximo de 20 (vinte) dias contados da data do evento, para deliberar, de comum acordo com a Companhia, o novo parâmetro de remuneração das Debêntures a ser aplicado, observada a legislação aplicável. A Companhia deverá submeter à aprovação do BNDES sua proposta para o novo parâmetro de remuneração das Debêntures previamente à realização da assembleia dos debenturistas a que se refere este item, caso ainda exista Direito de Venda, aprovação esta que não poderá ser injustificadamente negada ou retardada. É facultado à Companhia, caso discorde da deliberação da assembleia de debenturistas, e desde que comunique sua decisão ao Agente Fiduciário no prazo de 15 (quinze) dias contados a partir da data da realização ou de encerramento da assembleia de debenturistas, o que ocorrer por último, escolher, a seu critério, entre (a) promover o resgate da totalidade das Debêntures em circulação no prazo de até 60 (sessenta) dias contados da data da decisão da Companhia, mediante o pagamento do saldo do Valor Nominal, amortizado nos termos do item 2.12 acima, acrescido da Remuneração devida até a data do resgate, calculada *pro rata temporis*, a partir da data do último pagamento da Remuneração, vigendo até o resgate o critério de Remuneração deliberado pela referida assembleia de debenturistas; ou (b) utilizar, até que a Companhia, o BNDES (caso exista Direito de Venda) e os debenturistas cheguem a um acordo quanto ao novo parâmetro de remuneração, a média aritmética da Remuneração então vigente no período de 90 (noventa) dias imediatamente anterior à data de ocorrência de qualquer dos eventos a que se refere este item ou a remuneração do sétimo dia útil anterior à última remuneração praticada, a que for maior, sendo que, caso não haja acordo no prazo de 60 (sessenta) dias contados da data da decisão da Companhia, a Companhia promoverá o resgate da totalidade das Debêntures em circulação no prazo de até 90 (noventa) dias contados do término do prazo a que se refere esta alínea, mediante o pagamento do saldo do Valor Nominal, amortizado nos termos do item 2.12 acima, acrescido da Remuneração devida até a data do resgate, calculada *pro rata temporis*, a partir da data do último pagamento da Remuneração, vigendo até o resgate o critério de Remuneração deliberado pela referida assembleia de debenturistas.

- 2.14 *Repacuação e Direito de Venda.* Observado o disposto na Escritura de Emissão, o conselho de administração da Companhia



deverá repactuar e comunicar aos debenturistas (a) a nova Sobretaxa; (b) o período de vigência da nova Sobretaxa, que não será inferior a 1 (um) ano; (c) a data de nova repactuação, se houver, que não ocorrerá antes de 1 (um) ano; (d) a data de eventual resgate antecipado facultativo, que não ocorrerá antes de 1 (um) ano; (e) demais disposições aplicáveis às Debêntures, que, observado o disposto no final deste item, passarão todas estas características a ter vigência a partir do dia 1º de dezembro de 2004. Os debenturistas que não aceitarem as condições de repactuação terão o direito de vender ao BNDES todas ou parte das Debêntures de que são titulares ("Direito de Venda"), desde que manifestem, em prazo a ser fixado na Escritura de Emissão, o exercício do Direito de Venda, indicando a quantidade de Debêntures sobre a qual desejam exercer o Direito de Venda ("Debêntures a Serem Exercidas"). Independentemente do início da vigência das características das Debêntures nos termos da repactuação, será aplicada a Remuneração não repactuada às Debêntures a Serem Exercidas até a data de seu pagamento pelo BNDES.

- 2.15 *Resgate antecipado facultativo.* A partir (i) do dia 1º de dezembro de 2005 ou (ii) da data que vier a ser determinada pelo conselho de administração da Companhia nos termos do item 2.14 acima, o que ocorrer por último, a Companhia reserva-se o direito de promover o resgate antecipado das Debêntures em circulação, mediante o pagamento do saldo do Valor Nominal, amortizado nos termos do item 2.12 acima, acrescido da Remuneração devida até a data do resgate, calculada *pro rata temporis*, a partir da data do último pagamento da Remuneração, devendo a Companhia publicar aviso aos debenturistas com antecedência mínima de 15 (quinze) dias corridos da data de resgate. O resgate poderá ser total ou parcial, sendo, neste último caso, mediante sorteio nos termos do parágrafo 1º do artigo 55 da Lei n.º 6.404/76 e demais normas aplicáveis.
- 2.16 *Aquisição facultativa.* A Companhia poderá, a qualquer tempo, observado o disposto no artigo 55 da Lei n.º 6.404/76, adquirir Debêntures em circulação. As Debêntures adquiridas pela Companhia poderão ser canceladas, permanecer na tesouraria da Companhia, ou ser novamente colocadas no mercado. As Debêntures adquiridas pela Companhia para permanência em tesouraria nos termos deste item, se e quando recolocadas no

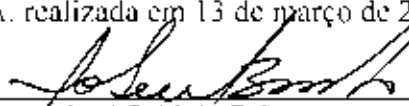
mercado, farão jus à mesma Remuneração das demais Debêntures em circulação." e

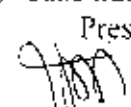
5ª) Ratificar todas as demais deliberações das assembleias gerais extraordinárias realizadas em 21 de setembro de 2000 e 23 de novembro de 2000 não alteradas pela presente assembleia.


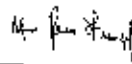
**ENCERRAMENTO:** nada mais havendo a tratar, foi lavrada e lida a presente ata que, achada conforme, vai assinada pelos presentes.

aa) ALCOA ALUMÍNIO S.A., CAMARGO CORRÊA CIMENTOS S.A., COMPANHIA BRASILEIRA DE ALUMÍNIO – CBA, S.A. INDÚSTRIAS VOTORANTIM, CIMENTO RIO BRANCO S.A., VALESUL ALUMÍNIO S.A., INEPAR ENERGIA S.A., DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ELETRICIDADE – DME, COMPANHIA PARANAENSE DE ENERGIA – COPEL, CENTRAIS ELÉTRICAS DE SANTA CATARINA S.A. – CELESC, COMPANHIA ESTADUAL DE ENERGIA ELÉTRICA – CEEE, ADJARMA AZEVEDO, JOSÉ GUILHERME DE HERÁCLITO LIMA, JOSÉ SAID DE BRITO, OSMAR ANTONIO MIGDALESKI, SÉRGIO DE ALMEIDA MOTA, CARLOS AUGUSTO DE GÓES MESQUITA, VALTER LUIZ CARDEAL DE SOUZA.

A presente é cópia fiel do original da Ata da Assembleia Geral Extraordinária de Machadinho Energética S.A. realizada em 13 de março de 2001.

  
\_\_\_\_\_  
José Said de Brito  
Presidente

  
\_\_\_\_\_  
José Guilherme Heráclito de Lima  
Secretário

	<b>JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SANTA CATARINA</b>	
	CERTIFICADO O REGISTRO EM: 15/03/2001	
	SOB O NÚMERO: 20010329030	
Protocolo: 01/032903-0		
Empresa: 42 3 0002483 0	MAX JOSEF REUSS STRENZEL SECRETARIO GERAL	